

Autoavaliação: Alavanca para a melhoria contínua na educação

Self-evaluation: A driver for continuous improvement in education

Ana Maria Carneiro^{1*} , Fernanda Teixeira Reis² 

¹ Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, Campinas, SP, Brasil

² Escola Nacional de Ciência Estatística (ENCE), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

COMO CITAR: Carneiro, Ana Maria, & Reis, Fernanda Teixeira. (2024). Autoavaliação: Alavanca para a melhoria contínua na educação. *Revista Brasileira de Avaliação*, 13(1), e131424.
<https://doi.org/10.4322/rbaval202412014>

Ana Maria Carneiro, branca, pesquisadora, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, Universidade Estadual de Campinas (NEPP/Unicamp).

Fernanda Teixeira Reis, branca, doutoranda, Escola Nacional de Ciência Estatística (ENCE) e Especialista do Fundo Nacional de Financiamento Educacional (FNDE/MEC).

A educação é um direito social fundamental, assegurado tanto pela Declaração da Organização das Nações Unidas de Direitos Humanos de 1948 quanto pela Constituição Federal brasileira de 1988, especificamente em seu artigo 6º. De acordo com a Constituição Federal brasileira de 1988, é dever do Estado garantir a educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos, incluindo o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência e a educação infantil às crianças até cinco anos de idade. Ainda em relação à educação básica, é dever do Estado garantir o atendimento por meio de programas vinculados à infraestrutura escolar, livro didático, transporte, alimentação e assistência à saúde. Já em relação ao ensino superior, a garantia de acesso é dada segundo a capacidade de cada um. Além disso, a educação é um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como parte da Agenda 2030, destacada especificamente no quarto objetivo. Este objetivo enfatiza a responsabilidade do Estado e da sociedade em garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem como fomentar oportunidades de aprendizado contínuo para todas e todos.

Dada a relevância dos direitos educacionais e dos desdobramentos da educação nos indivíduos e sociedade, avaliar as iniciativas e políticas de educação é fundamental para verificar em que medida os direitos estão se transformando em ações concretas e alcançando os beneficiários, bem como assegurar a qualidade. De certa forma, podemos dizer que o exercício de avaliação é inerente ao campo da educação, desde a avaliação no nível micro, do aprendizado dos alunos nas várias etapas ensino, a avaliação das instituições (nível *meso*) até as grandes políticas educacionais (nível macro).

Uma parte dos conceitos do campo de avaliação surgiram na área da educação, como avaliação formativa e avaliação somativa (Scriven, 1967). Idem para os parâmetros e diretrizes de avaliação da qualidade elaborados pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (JCSEE, 1981), hoje utilizados em várias áreas.

Como em outras áreas, não existe uma única fórmula de avaliação. Mesmo em momentos em que houve orientações diretas de órgãos governamentais favorecendo determinados desenhos avaliativos, o campo da avaliação educacional sempre foi marcado pela pluralidade de abordagens. Um exemplo foi a revisão de artigos feita por Christie & Fleischer (2010), de artigos publicados entre 2004 e 2006 em revistas de avaliação da América do Norte, para analisar as metodologias utilizadas nas avaliações. Naquele período, o Departamento de Educação dos EUA, que seria semelhante ao nosso Ministério da Educação, havia recomendado o uso de experimentos para avaliar a efetividade de programas. Mesmo neste cenário, 49% dos estudos utilizaram metodologias não experimentais.

A RBAVAL apoia os esforços relativos à visibilidade dos autores negros na produção científica. Assim, nossas publicações solicitam a autodeclaração de cor/etnia dos autores dos textos para tornar visível tal informação nos artigos.

Recebido: Maio 27, 2024

Aceito: Maio 29, 2024

***Autor correspondente:**

Ana Maria Carneiro

E-mail: anamacs@unicamp.br



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



Nessa miríade de abordagens, cabe uma reflexão sobre a autoavaliação. Esta é considerada por Carol Weiss (1998) como uma das formas mais simples para avaliar, ou seja, perguntar diretamente para os envolvidos na intervenção, seja equipe, gestores e beneficiários. Em sua opinião, a equipe e gestores da intervenção possuem grande conhecimento sobre o que ocorre no dia-a-dia das atividades e, inclusive, sobre os resultados, de forma que podem não apenas julgar o valor, como dar sugestões de melhorias. Além disso, os gestores muitas vezes também recebem *feedback* externo (Weiss, 1998). Segundo Weiss (1998), muitas vezes as informações que estes atores possuem podem ser suficientes para determinados fins. Entretanto, há fragilidades neste tipo de avaliação, como tentar mostrar a intervenção de forma bastante positiva para os financiadores e outras partes interessadas. De acordo com Weiss (1998, p. 189), “autoavaliação sozinha provavelmente não será suficiente. Mas julgamentos deste tipo podem ser incorporados em desenhos que incluem outros tipos de dados”.

Avaliações externas são importantes no contexto educacional, pois asseguram padrões e podem promover melhorias educacionais (Harvey & Green, 1993), especialmente se tratando de Brasil, um país diverso e com dimensões continentais. Porém há limitações, especialmente a de que avaliações externas não são formativas, tendendo a focar mais em julgar ou classificar o desempenho com base em padrões pré-definidos, sem necessariamente envolver os participantes na análise e resolução dos problemas identificados durante o processo avaliativo. Por sua vez, a autoavaliação, que pode ser realizada tanto internamente pelos próprios envolvidos quanto externamente com a participação de avaliadores externos, permite um processo contínuo de reflexão e ajuste, que não apenas identifica áreas de melhoria, mas também envolve ativamente os participantes na busca de soluções e na implementação de mudanças. Isso pode ajudar a construir uma identidade mais sólida nas instâncias educativas, promovendo a participação da comunidade educativa e promovendo novas formas de controle social.

O uso da autoavaliação é bastante comum na área da educação, especialmente no ensino superior. Ela é utilizada em todos os níveis apresentados antes: micro (desempenho do estudante e professor), *meso* (instituições) e macro (sistema de ensino). No caso do ensino superior, no nível de graduação, está incluído no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional, que as instituições de ensino superior devem produzir com base em diagnósticos internos (Souza et al., 2018). Esta previsão não garante, entretanto, que a autoavaliação seja feita de forma participativa e reflexiva para apoiar o planejamento (Lemaitre et al., 2018; Heiderscheidt & Forcellini, 2023), tendo se tornado um instrumento pró-forma para atender as exigências de regulação do SINAES (Arruda et al., 2019). Para se tornar um instrumento para o processo de melhoria constante da Universidade depende do desenvolvimento de capacidades avaliativas e de planejamento na instituição (Arruda et al., 2019; Atvars et al., 2022).

No caso da pós-graduação, a CAPES tinha introduzido a autoavaliação no ciclo de avaliação 2017-2020 (Brasil, 2018; Leite et al., 2020), e vários programas incluíram em suas análises o acompanhamento de egressos (Trevisol & Balsanello, 2022), dentre outras medidas. Para o próximo ciclo, a Capes propôs uma mudança significativa no foco da avaliação, em que, ao invés de apenas receber os resultados das autoavaliações realizadas pelos programas de pós-graduação, a agência passou a monitorar como esses programas conduzem suas próprias avaliações. A proposta é que cada programa desenvolva um método de autoavaliação que reflita sua missão, objetivos, contexto social e escolhas científicas. Os programas também são encorajados a dialogar com os critérios da ficha de avaliação da CAPES, para possibilitar integrar suas autoavaliações com avaliações externas. Este novo modelo inclui a “avaliação da autoavaliação” como um componente essencial dentro da ficha de avaliação, enfatizando sua importância para o processo avaliativo geral (Brasil, 2019). Um aspecto que merece destaque é o caráter participativo que o processo pode adquirir, envolvendo docentes, discentes, egressos, servidores técnico-administrativos e atores externos. Como apontam Leite et al. (2020, p. 342), “[...] o protagonismo dos atores na autoavaliação contribui para relativizar posições e para assumir um espaço próprio de articulações com vistas ao bem comum”.

No caso da educação básica, o cenário é diferente. Atualmente, a prática da autoavaliação no ensino básico brasileiro ainda não é uma realidade na maioria das escolas do país. Não há,



por exemplo, uma referência integrada aos sistemas de avaliação deste nível de ensino, que são primordialmente gestados pelos municípios (ensino fundamental) e estados (ensino médio). O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) se ocupa de avaliações de caráter externo, com as provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Prova Brasil, e os entes federativos, através de suas secretarias estaduais, municipais e distrital de educação, desenvolvem sistemas próprios de autoavaliação seguindo muitas vezes modelos análogos de provas e testes do INEP. Não há, pois, um programa ou orientação para autoavaliação em nível nacional. Muito menos há pactuação interfederativa envolvendo repasses orçamentários.

Ainda que a implementação da autoavaliação na educação básica apresente desafios significativos, é também uma oportunidade para melhorar a qualidade educacional. Essa prática envolve diversos componentes, como o uso de ferramentas e recursos apropriados para que se possam coletar e analisar dados sobre o desempenho dos alunos e a eficácia das práticas pedagógicas, como *softwares* e plataformas digitais, a exemplo do *Google Forms* e *Rstudio* (Mertler, 2018); a capacitação e o treinamento de educadores (Danielson, 2007); e a integração eficaz com o planejamento educacional municipal, estadual e federal, para que as informações coletadas sejam usadas para ajustar e melhorar o planejamento e a execução dos currículos. Uma oportunidade importante pode ser a utilização de indicadores gerados em provas e testes estaduais e nacionais. Uma iniciativa de destaque é o Selo Unicef Edição 2017-2020 relativo a Indicadores da Qualidade na Educação Infantil gerados a partir de “uma metodologia de autoavaliação escolar que reúne indicadores educacionais qualitativos de fácil compreensão, concebidos para que toda a comunidade avalie a realidade em que está inserida, identifique prioridades, estabeleça planos de ação, monitore seus resultados” (Selo UNICEF, 2021). A partir destes resultados, a comunidade pode apresentar reivindicações e propostas de políticas educacionais.

O INEP, como destacado acima, dispõe de uma série de indicadores da educação básica, como os resultados do SAEB e da Prova Brasil, que medem competências em linguagem e matemática. Esses indicadores fornecem dados valiosos que podem ser usados para informar e ajustar práticas autoavaliativas (Brasil, 2021). O desafio é trabalhá-los no nível da escola, considerando que apenas dados desagregados do questionário ‘Escola’ e, parcialmente, dos outros questionários passaram a ser disponibilizados (Reis & Direito, 2023).

Em qualquer nível, a autoavaliação está longe de ser um exercício simples, pois demanda tempo, recursos e dedicação (Leite et al., 2020). Se bem conduzida, pode contribuir para a vivência de práticas democráticas, para a reflexão e avanço. Entretanto, a autoavaliação (AA) “sozinha não muda nada. É o coletivo que fará a AA ser a ferramenta da mudança e da inovação” (Leite et al., 2020, p. 347).

Espera-se, portanto, que esse volume da Revista Brasileira de Avaliação jogue luz sobre a importância da autoavaliação no cenário educacional contemporâneo, no qual emerge como uma abordagem mais que oportuna, embora repleta de desafios. A autoavaliação é uma prática que permite aos membros da comunidade educativa tanto revisar e aprimorar suas metodologias, como também refletir sobre seus impactos profissionais e pessoais no ambiente. Em termos de desafios, podemos destacar a resistência natural humana à mudança (Festa & Pinazza, 2023), pois a avaliação interfere na vida dos avaliados (Leite et al., 2020), a dificuldade de autoanálise crítica e a falta de suporte institucional adequado, especialmente quando tratamos do ensino básico. Esperamos que os manuscritos que compõem o dossiê contribuam para abrir um diálogo essencial para a transformação no campo da avaliação da educação.

Fonte de financiamento

Não há

Conflito de interesse

Não há



Agradecimentos

As autoras agradecem os demais editores pelas valiosas sugestões.

Referências

- Arruda, June Alves de, Paschoal, Tatiane, & Demo, Gisela. (2019). Uso dos resultados da autoavaliação institucional pelos gestores da Universidade de Brasília. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 24(3), 680–698. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000300007>
- Atvars, Teresa Dib Zambon, Serafim, Milena Pavan, & Carneiro, Ana Maria (2022). Os desafios da gestão da qualidade numa universidade pública brasileira: a experiência da Unicamp. *Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, 11(20), e70275, 1-24. <http://doi.org/10.5902/2318133870275>
- Brasil. (2018). *Proposta de aprimoramento do modelo de avaliação da PG. Relatório técnico, 2018*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior (CAPES/MEC). Recuperado em 27 de fevereiro de 2013, de <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/25052020-relatorio-final-2019-comissao-pnpg-pdf>
- Brasil. (2019). *Grupo de Trabalho: Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação*. Brasília: CAPES, Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf>
- Brasil. (2021). *Relatório do Sistema de Avaliação da Educação Básica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Recuperado em 27 de fevereiro de 2013, de https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2021/resultados/relatorio_de_resultados_do_saeb_2021_volume_1.pdf
- Christie, Christina A., & Fleischer, Dreolin Nesbitt. (2010). Insight into evaluation practice: a content analysis of designs and methods used in evaluation studies published in north american evaluation-focused journals. *The American Journal of Evaluation*, 31(3), 326-346. <http://doi.org/10.1177/1098214010369170>
- Danielson, Charlotte. (2007). The many faces of leadership. *Educational Leadership*, 65(1), 14-19. Recuperado em 27 de fevereiro de 2021, de <https://www.ascd.org/el/articles/the-many-faces-of-leadership>
- Festa, Meire, & Pinazza, Mônica Apezzatto. (2023). A Autoavaliação Institucional Participativa das Instituições de Educação Infantil e a Corresponsabilidade dos Educadores. *Educação em Revista*, 39, e39321. <http://doi.org/10.1590/0102-469839321>
- Harvey, Lee, & Green, Diana. (1993). Defining quality. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 18(1), 9-34. <http://doi.org/10.1080/0260293930180102>
- Heiderscheidt, Francisca Goedert, & Forcellini, Fernando Antônio. (2023). Self-assessment in higher education institutions: Literature analysis and research opportunities. *Educação e Pesquisa*, 49, e248924. <http://doi.org/10.1590/s1678-4634202349248924eng>
- Joint Committee on Standards for Educational Evaluation - JCSEE. (1981). *Standards for evaluations of educational programs, projects, and materials*. McGraw-Hill. Recuperado em 3 de agosto de 2021, de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220408.locale=en>
- Leite, Denise, Verhine, Robert, Dantas, Lys Maria Vinhaes, & Bertolini, Julió Cesar Godoy. (2020). A autoavaliação na Pós-Graduação (PG) como componente do processo avaliativo CAPES. *Avaliação (Campinas)*, 25(2), 339-353. <http://doi.org/10.1590/s1414-4077/s1414-40772020000200006>
- Lemaitre, Maria José, Teixeira, Pedro, Weko, Thomas, & Roy, Simon. (2018). *Rethinking Quality Assurance for Higher Education in Brazil. Reviews of National Policies for Education*. Paris: OCDE. Recuperado em 3 de agosto de 2021, de <https://www.oecd.org/brazil/rethinking-quality-assurance-for-higher-education-in-brazil-9789264309050-en.htm>
- McMILLAN, James H.; HEARN, Jessica. Student self-assessment: the key to stronger student motivation and higher achievement. *Educational Horizons*, Bloomington, v. 87, n. 1, p. 40-49, Fall 2008. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ815370>.
- Reis, Fernanda Teixeira, & Direito, Denise do Carmo. (2023). Dados pessoais e políticas públicas: O que revelar e o que preservar? *Revista Brasileira de Avaliação*, 12(1), 1-9. <http://doi.org/10.4322/rbaval202312016>
- Scriven, Michael. (1967). The methodology of evaluation. In Robert E. Stake. *Curriculum evaluation* (Monograph Series on Evaluation, No. 1). Chicago: Rand McNally, American Educational Research Association.
- Selo UNICEF. (2021). *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. Recuperado em 27 de fevereiro de 2021, de <https://selounicef.org.br/indique/acre>
- Souza, Francisco Jose de, Souza, Jurema Santos, Elliot, Ligia Gomes, & Hildenbrand, Luci. (2018). Avaliação da Educação Superior no Brasil - do Provão ao ENADE: Um estudo meta-avaliativo. *Meta: Avaliação*, 2, 22-42. <http://doi.org/10.22347/2175-2753v10i0.1956>
- Trevisol, Joviles Vitorio, & Balsanello, Geomara. (2022). A pós-graduação sob a perspectiva dos egressos: Um estudo de autoavaliação. *Avaliação (Campinas)*, 27(3), 470-492. <http://doi.org/10.1590/s1414-40772022000300005>
- Weiss, Carol H. (1998). *Evaluation: Methods for studying programs and policies*. USA: Prentice Hall.